

A QUESTÃO DOS REFUGIADOS AMBIENTAIS EM UMA ABORDAGEM DE JUSTIÇA CLIMÁTICA

Elizabeth Alice Barbosa Silva de Araujo¹

RESUMO: O deslocamento de seres humanos de seus países de origem em função de alterações climáticas é uma realidade que tende a se agravar ao longo do tempo. A existência deste fenômeno tem estreita ligação com o conceito de “justiça climática”. A justiça climática chama à responsabilidade os países que se beneficiaram com a industrialização e emissão de gases poluentes e que hoje se encontram em pleno desenvolvimento econômico. O objetivo da pesquisa é demonstrar que o refugiado ambiental em função do clima deve ser encarado como uma vítima da injustiça ambiental e climática e que, portanto, deverão ser dadas soluções que garantam aos mesmos retornar a seu país de origem com seus direitos humanos garantidos, ou, que os mesmos sejam acolhidos em outras nações também de forma digna. A pesquisa irá abordar a questão da responsabilidade transgeracional e o movimento de justiça climática. Serão estudadas as motivações para que os países tomem medidas efetivas de proteção, readaptação e acolhimento dos refugiados ambientais. A pesquisa demonstrou que as motivações para adesão aos princípios da justiça climática devem ter foco nas consequências práticas que já sentidas pelas nações desenvolvidas, sendo insuficientes razões de ordem moral ou utilitarista, devendo ser utilizados os critérios de justiça climática para que as nações mais desenvolvidas tomem medidas concretas de apoio ao acolhimento no país de destino e métodos de retorno ao local de origem dos deslocados ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: JUSTIÇA CLIMÁTICA, REFUGIADOS AMBIENTAIS, RESPONSABILIDADE TRANSGERACIONAL.

ABSTRACT: The displacement of humans from their countries of origin due to climate change is a reality that tends to worsen over time. The existence of this phenomenon has a close connection with the concept of "climate justice". Climate justice calls to account the countries that have benefited from the industrialization and emission of pollutant gases and that are now in full economic development. The aim of the research is to demonstrate

¹ Doutoranda em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da pós-graduação em Direito do Trabalho. Auditora Fiscal do trabalho do Ministério da Economia. Possui graduação em Direito pela Universidade de Fortaleza (2001), graduação em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará (1993), graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará (1993), pós-graduação em Direito Processual Civil pela Faculdade Farias Brito (2005), especialização em Direito Constitucional pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (2010).

that the climate-based environmental refugee should be viewed as a victim of environmental and climate injustice and solutions must be provided to ensure that they return to their country of origin with their rights human beings guaranteed, or, that they are welcomed in other nations also in a dignified manner. The research will address the issue of transgenerational responsibility and climate justice movement. The motivations for countries to take effective measures to protect, adapt and host environmental refugees will be studied. The research will be bibliographical and documentary. The research has shown that the motivations for adherence to the principles of climate justice should focus on the practical consequences already felt by the developed nations, with insufficient moral or utilitarian reasons, and the criteria of climate justice should be used to the more developed nations take concrete steps to support reception in the country of destination and methods of returning to the place of origin of environmental displaced persons.

KEY WORDS: CLIMATE JUSTICE, ENVIRONMENTAL REFUGEES, TRANSGERATIONAL RESPONSIBILITY.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo pretende enfrentar a questão dos refugiados ambientais em função de alterações do clima de forma a contribuir para a construção de um sistema de mobilidade humana, ou de capacidade adaptativa, que respeite os princípios da justiça climática e garanta vida digna às populações afetadas.

Segundo dados do Centro de Monitoramento de Deslocados Internos, registrou-se uma média de 26,4 milhões de deslocados climáticos entre 2008 e 2015 (IDMC, online). A tendência é o crescimento, mesmo que se sejam tomadas medidas para conter os efeitos adversos em termos de clima. Os danos já causados garantem um crescente no número de deslocados ao longo dos anos, o que torna imperioso o estudo e a proposição de alternativas para um problema que afetará ainda mais às gerações futuras. (IPCC, online)

A terminologia “refugiados” não é exatamente a mais adequada para o estudo sobre os deslocados ambientais em função do clima. De fato, a palavra reporta aos refugiados da Convenção de Genebra de 1951, que possuem características específicas do

temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo sociais ou opiniões. O uso da palavra refugiados é alvo de controvérsias, inclusive existindo um temor de que seu uso indiscriminado poderia enfraquecer a proteção aos refugiados clássicos amparados pela Convenção (KIBREAB, 1997). Aqueles a que se refere este artigo não se enquadram no conceito da convenção de refugiados, sendo, portanto considerados refugiados “não convencionais” ou, de forma mais abrangente, deslocados ambientais, migrantes ambientais ou mesmo deslocados ou migrantes climáticos. (CLARO, 2015)

Não se pode deixar de mencionar as iniciativas internacionais no sentido de se criar a figura de um “direito ao asilo ambiental” baseado tanto em razões de solidariedade quanto de compensação por danos ambientais sofridos. Está positivado no direito internacional tanto no princípio de número 21 da declaração de Estocolmo, quanto no princípio 2 da Declaração do Rio sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, a responsabilidade de cada Estado soberano sobre os prejuízos causados a outros Estados em decorrência de atividades que estejam sobre seu controle ou jurisdição. Desta forma, a Organização das Nações Unidas e alguns países partipantes da COP 21 declararam o seu apoio à criação da figura do refugiados ambiental. (JOUZEL, MICHELOT, 2016).

É necessário que se conceda uma atenção especial quando o deslocamento se dá por acontecimentos não abruptos, mas que efetivamente causem uma alteração ambiental que interfira no ciclo de produção de consumo de uma região, levando seus habitantes a perderem seu principal meio de subsistência. Nestes casos, o deslocamento pode ser confundido com uma mera migração por razões econômicas, tão comum na atualidade, entretanto, havendo o liame da causalidade entre o fim da capacidade de produção daquela região e mudanças climáticas está caracterizado o migrante como ambiental ou climático, e não econômico.

A migração por razões econômicas se dá de forma voluntária e programada em busca de melhores condições de vida, no caso do migrante climático, o deslocamento não se dá de forma voluntária, sendo a pessoa compelida a sair de seu lugar de origem em busca de meios de subsistência ou sobrevivência, porque seu antigo meio para produção e consumo foi de tal forma afetado que impede a sobrevivência em condições dignas.

Esclarecendo o contexto da justiça climática faz necessário conhecer perfunctoriamente sua gênese. A justiça climática deriva da justiça ambiental conceito cunhado a partir de uma série de movimentos sociais, ocorridos inicialmente nos Estados Unidos da América nas décadas de 60 e 70, que trouxeram a observação de que as camadas menos favorecidas social e economicamente da população arcavam de forma mais direta com as externalidades trazidas pelo desenvolvimento econômico, embora não fossem os que se beneficiavam deste desenvolvimento. (BULLARD, 1996)

A comunidade internacional já está ciente de que o fenômeno climático não obedece fronteiras e que as atitudes tomadas por cada país do mundo poderão levar a consequências para todos ou somente para alguns, que não necessariamente foram os maiores responsáveis pela emissão dos poluentes que causam as mudanças climáticas.

O objetivo desta pesquisa é investigar a postura global sobre pessoas que precisarão se deslocar, ao cabo de alguns anos, em decorrência destas mudanças climáticas. Trata-se de um problema previsível e que envolve um compromisso para com as gerações futuras. Ademais, se pretende com a pesquisa sistematizar as motivações que podem compelir os Estados soberanos a assumirem sua cota de responsabilidade sobre a questão dos refugiados climáticos.

A pesquisa será desenvolvida em três partes. No primeiro capítulo se trará as evidências científicas das alterações no clima como causas de deslocamentos humanos e seus riscos, adentrando na questão da responsabilidade transgeracional. Na segunda

parte se tratará de uma discussão sobre as justificativas ou motivos para que se adote uma política internacional de justiça climática nos casos de refúgio, trazendo uma discussão sobre questões morais, utilitaristas e da necessidade de motivações não ideais para que os Estados soberanos solucionem a questão dos refugiados ambientais. Por fim, serão estudadas possíveis soluções dentro de uma lógica de justiça climática internacional.

A pesquisa será bibliográfica e qualitativa, tendo como principal fonte artigos científicos e dados estatísticos disponibilizados por organismos internacionais. Grande parte da literatura visitada está em língua estrangeira, razão pela qual foi feita tradução livre da autora em alguns trechos.

2. OS RISCOS DE DESLOCAMENTOS AMBIENTAIS E A RESPONSABILIDADE TRANSGERACIONAL

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas emitiu no ano de 2014 dados que corroboram de forma detalhada a evolução e os impactos trazidos pelas mudanças no meio ambiente. O estudo foi organizado de maneira a avaliar os níveis de risco na mudança de clima e o potencial para a redução destes riscos.

Um dos riscos exhaustivamente avaliados pelo relatório é o de deslocamentos humanos ocasionados por eventos climáticos. O relatório conclui que as mudanças climáticas vão alavancar o deslocamento de pessoas. Este risco aumenta quando a população que enfrenta eventos extremos não tem recursos para autosustento em situação de migração, o que particularmente acontece com os oriundos de países em desenvolvimento e com baixa renda. Nestes casos as alterações climáticas podem aumentar indiretamente os riscos de conflitos violentos, pois amplia os catalizadores destes conflitos, como pobreza e choques econômicos. O nível de impacto das mudanças climáticas varia com o nível de vulnerabilidade da sociedade afetada, vulnerabilidade esta que pode ser causada por questões econômicas, sociais ou culturais. (IPCC, 2014)

Por outro lado, a mobilidade humana também pode ser vista como uma solução ou alternativa para as mudanças climáticas. As sugestões presentes no painel intergovernamental vão no sentido de a migração se tornar uma estratégia de adaptação eficaz frente aos eventos climáticos extremos, bem como frente a variabilidade climática a longo prazo. Esta expansão de oportunidades de mobilidade pode reduzir a vulnerabilidade das populações expostas, desde que exista o comprometimento global com esta escolha. (IPCC, 2014)

Após analisar os dados do relatório se conclui que a maior parte das pessoas deslocadas em razão de fenômenos climáticos, principalmente os não abruptos, virá de países pouco desenvolvidos ou em desenvolvimento e serão facilmente confundíveis com migrantes por razões econômicas. Desta conclusão decorre a primeira dificuldade para que atitudes concretas sejam adotadas pela comunidade internacional no sentido de acolher estas pessoas, o que gera a atitude esquivada dos países desenvolvidos em aceitar uma agenda voltada para a questão dos refugiados climáticos.

Os dados científicos apresentados trazem uma realidade inexorável e que atingirá não somente esta geração, mas ainda de forma mais pungente as gerações vindouras. Se adentra então na questão transgeracional tanto do ser humano com seu semelhante, como das nações organizadas.

2.1 Responsabilidade Transgeracional sobre as mudanças climáticas no atual sistema jurídico internacional.

Compreende-se que a questão do clima por si só já demanda uma atenção especial quando se pensa em uma comunidade internacional que tenha como um dos pilares o respeito entre as nações. A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em seu artigo 3º, faz referência à questão intergeracional garantindo proteção em relação às futuras gerações, ao mesmo tempo em que aborda de forma sutil

as desigualdades entre os que ocasionam as mudanças de clima e os que sofrem de forma mais direta a sua repercussão. (ONU, 1992)

Dentre os possíveis efeitos das mudanças climáticas tem-se os deslocamentos humanos como um dos mais graves, A previsão do Secretariado das Nações Unidas para fins de desertificação é de que até 2030 existirão 135 milhões de pessoas deslocadas apenas em função de secas e desertificação, eventos diretamente ligados à questão climática. As nações já estão conscientes de que o problema existe e irá se agravar para as gerações futuras. Resta o compromisso para enfrentar o quadro inexorável e estudar as alternativas viáveis para garantir dignidade a estas pessoas. (UNESCO, 2017)

O grande desafio está em motivar todas as nações, mais especificamente as desenvolvidas, e a geração presente, para que tome medidas efetivas de proteção aos regiados climáticos.

John Rawls (2016) trouxe em sua Teoria a questão da justiça entre as gerações, acreditando que deve haver uma elevação gradativa nos padrões de vida, civilização e cultura de uma geração para outra. Haveria, então, um princípio justo de “poupança” entre as gerações, onde cada uma contribui para o desenvolvimento da seguinte. Acredita-se que as pessoas estariam comprometidas pelo menos com os seus descendentes imediatos, ao mesmo tempo em que adotariam posturas que gostariam que as gerações anteriores houvessem adotado para com elas mesmas. Este comprometimento com as futuras gerações deveria, inclusive, ser maior quando a sociedade é pobre. Deve haver um comprometimento em melhorar o padrão de vida das gerações posteriores e menos favorecidas.

No caso específico de trazer justiça climática aos refugiados, se pretende que os países que se beneficiaram através das decisões de gerações passadas, gozando hoje de uma posição econômica e social privilegiada, assumam uma parcela correspondente de

responsabilidade pelo drama vivenciado pelas populações que precisem se deslocar em virtude de mudanças climáticas. Convém lembrar que a justiça climática se assenta exatamente neste ponto: no convencimento de que os países menos desenvolvidos e com população mais pobre e dependente das condições do meio ambiente para viver e produzir são os mais prejudicados pelas mudanças climáticas e geram a maior parte da população migrante climática do planeta.

2.2 A Postura humanitária dos países que recebem refugiados climáticos

A concessão de autorização para que qualquer não nacional permaneça ou mesmo adentre em um Estado é um ato de soberania. Sendo que esta noção de Estado soberano a que todos estão submetidos hoje é um sistema de discriminação legalizada criada artificialmente pelos seres humanos. Por questões políticas, econômicas e culturais o mundo foi fatiado e loteado por povos e poderes. Foi criada então uma lógica que exclui, baseada no local onde se nasceu ou na ascendência de uma pessoa. Esta diferenciação/discriminação legalizada gera a visão de que o migrante ou refugiado é “o outro”, é alguém que não faz parte, e que *a priori* deve ser deixado de fora da vivência daquela comunidade. (NUNES, 2018)

Como não fazem parte, a lógica é que não há porque se falar em sua proteção ou em acolhimento. Ocorre que até pouco tempo não se questionava o porquê do estrangeiro estar querendo atravessar fronteiras. No caso específico do migrante ambiental o fator desencadeador deste deslocamento pode ter sido causado mais diretamente pelo país que acolhe do que pelo país de origem do refugiado. Criam-se, portanto, novos compromissos e obrigações que devem mitigar nosso conceito clássico de soberania, principalmente quando se fala em direitos humanos. (NUNES, 2018)

Uma situação em que o conceito de fronteiras delimitadas é extremamente questionável é justamente na questão das alterações no meio ambiente e do clima. As

divisões entre aquilo que faz parte e o que não faz, entre o que é interno e externo, como afirma Benhabib (2004), é colocado em segundo plano quando existe um fato que interfere na situação de vida de todos os cidadãos do mundo.

Por óbvio que o aumento das temperaturas globais não vai obedecer à linhas imaginárias criadas pelo homem, se restringindo apenas àqueles países responsáveis pelas emissões. O benefício pode até não pertencer a todos, mas as consequências pertencerão, e não farão acepção entre os pobres e ricos, desenvolvidos ou não.

O ponto de equilíbrio entre a soberania do Estado a do indivíduo, somente ocorre dentro de uma relação de respeito aos direitos humanos (COHEN, 2008). Não é suficiente tratar os refugiados climáticos sob o ponto de vista da ajuda humanitária, pois esta não é capaz de trazer soluções preventivas e reparadoras eficazes, nem tampouco levar a um comprometimento em termos de justiça climática. Trata-se, portanto, de uma posição cômoda e conveniente para os Estados poluidores tratar os casos de refugiados climáticos apenas como ajuda humanitária que acontece de forma pontual.

E quais seriam as motivações para que cada país, principalmente os mais desenvolvidos, assumam sua parcela de responsabilidade para com as gerações futuras em relação aos deslocados climáticos? Seriam o mero espírito colaborativo, a solidariedade e as razões humanitárias argumentos suficientes para um comprometimento que envolva sacrifícios econômicos e sociais para trazer alternativas dignas para as populações afetadas?

3. AS MOTIVAÇÕES E JUSTIFICATIVAS PARA FAZER JUSTIÇA CLIMÁTICA PARA COM OS REFUGIADOS AMBIENTAIS

As justificativas que levam à obediência dos princípios da justiça climática são por vezes forjadas em uma motivação moral, que quando levada em nível de obediência por países, obtém um baixo nível de adesão no campo prático. Inclusive porque causa

estranheza um país ter uma motivação “moral”, vez que a moral é intrínseca ao ser humano e não a instituições ou países, embora, por obvio, se possa alargar este conceito filosófico que possui um sem número de vertentes e significados. Considera-se a motivação moral aqui relatada, como aquela que deriva exclusivamente da consciência social de se fazer a justiça, não exigindo justificativas práticas ou meios de coersão para que a justiça se faça.

Em busca de outras motivações, já estão delineadas nos documentos internacionais as responsabilidades, apontando para que esta seja maior para aqueles que deram maior causa aos danos.

A leitura da Convenção Quadro (ONU, 1992) e de outros documentos vinculados a Organização das Nações Unidas, bem como da literatura em nível científico sobre o tema, se depreende que o conceito de justiça climática se refere a diferenças em termos de consequências sofridas e responsabilidades. Sendo que seus defensores acreditam que “aqueles que são os menos responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa serão aqueles que mais sofrerão com os impactos das mudanças climáticas” (MILANEZ; FONSECA, 2011).

Partindo des duas premissas, a primeira que se refere ao desenvolvimento de algumas nações em detrimento de outras, e a segunda de que os deslocamentos ocorrem em virtude deste desenvolvimento desigual, se prentemde chegar au comprometimento dos mais desenvolvidos com relação às consequencias adversas dos deslocamentos humanos em função do clima.

Ao se tratar de justiça climática não se pode deixar de levar em consideração as motivações para que os Estados soberanos participem dos esforços para minimizar suas consequências. Trata-se de estudar a existência de uma ética climática, no sentido dos fundamentos da obediência aos principios da justiça climática, tais como o deontologismo, a ética das virtudes e o utilitarismo. (ANDRÉ; BOURBAN, 2016)

A partir deste ponto se irá analisar as principais motivações, no sentido de formas de convencimento, para que os países mais desenvolvidos assumam sua parcela de responsabilidade sobre os deslocamentos climáticos.

3.1. A Motivação Moral como mecanismo para atitudes individuais e coletivas de justiça climática

As motivações morais para o controle e manejo das consequências de mudanças climáticas são recebidas de maneira debil pela comunidade. O critério de moral a que a maioria das sociedades está sujeita traz em seu bojo a existência clara de um nexos de causalidade entre a consequência danosa atingida e o ato praticado. Ocorre que o caráter transgeracional dos danos causados pela ação do homem no meio ambiente quebra esta percepção próxima de um nexos de causalidade. Além do nexos de causalidade, a moral corrente exige uma intencionalidade, e o ato praticado pelos países desenvolvidos dificilmente é identificado com uma intencionalidade de prejudicar gerações futuras.

Para Jamieson (2010) é preciso ocorrer um completo rearranjo da concepção de moral e o reconhecimento de um princípio/dever de respeito a natureza dentro de uma perspectiva moral é fundamental para que haja responsabilização e aderência aos princípios da justiça climática.

É inegável que a questão moral permeia toda decisão na ordem das compensações climáticas, mesmo o modelo utilitarista, que propõem mecanismos de compensação para a emissão de gases poluentes e parece se afastar de aspectos morais para motivar a adesão a programas de controle, tem em sua gênese a noção de maximizar o bem estar geral, que não deixa de ser um objetivo de ordem moral. Em entrevista concedida no Brasil em 2013, Peter Singer, autor que defende, entre outras atitudes, que as pessoas doem parte de sua renda e mudem seus hábitos alimentares evitando agressões ao meio ambiente, baseado na assertiva de que todos tem sua responsabilidade com

relação a pobreza, ao ser questionado sobre o tópico específico da mudança do clima, conclui que as ações ou comprometimento individuais não são suficientes:

Não há como reunir um grupo de pessoas que possa fazer algo de significativo para de fato reduzir o aumento dos gases de efeito estufa e o aumento de temperatura resultante. São decisões mais amplas, como livrar-se de usinas elétricas movidas a carvão, criar um imposto sobre o carbono ou um mercado para créditos de carbono. É uma situação diferente da pobreza global, para a qual penso que indivíduos podem fazer uma grande diferença. (SINGER, 2013)

Destas abordagens podemos inferir uma primeira conclusão: a de que as intenções ou atitudes baseados em nossa moral ou altruísmo tem sido insuficientes para a resolução das questões relacionadas a alterações climáticas. Isto acontece tanto porque os esforços individuais são insuficientes, quanto porque é muito mais difícil convencer a adaptações de atitude quando se trata de um problema que afeta pessoas que estão no outro lado do mundo ou mesmo que pertencerão a uma outra geração, tanto em nível individual quanto coletivo.

Outrossim, como a questão das mudanças climáticas em grupos vulneráveis se entrelaça com dificuldades adaptativas inerentes a níveis de desenvolvimento social e cultural, é mais complexo se definir o nexos causal entre a atitude tomada individualmente em uma parte do mundo, e o deslocamento ambiental que talvez vá ocorrer em outro continente com pessoas que muitas vezes são confundidas com migrantes por razões econômicas.

Desta forma, outros meios e critérios de adesão devem ser utilizados, mesmo que estes não digam respeito a moral. Da mesma maneira, criar uma obrigação em nível de acordos internacionais, principalmente com a participação dos mais poderosos, torna-se quase utópico. As nações gozam do princípio da soberania e, dificilmente, irão criar

obrigações ou responsabilidades por demais onerosas para si mesmas, mesmo reconhecendo que a questão do clima existe e estando cientes que os refugiados climáticos aumentarão em número através dos anos.

3.2 As Motivações de Direitos Humanos e de obediência a uma ordem legal internacional.

O respeito aos direitos humanos é uma motivação para realizar a justiça climática com maior sustentação, considerando seu viés jurídico, mas também se pode observar a limitação desta abordagem. Nas conclusões advindas na pesquisa de Simon (2010) as variações adversas no clima iriam gerar repercussões negativas em três direitos humanos específicos: o direito a vida, principalmente daqueles seres humanos que fossem diretamente atingidos por eventos climáticos imediatos e extremos; o direito à saúde, vez que estas pessoas muitas vezes são levadas a campos de refugiados com condições sanitárias deficientes, além de levarem a um risco à saúde global por fazerem circular em diferentes comunidades patógenos a que não estariam anteriormente expostas; e o direito a subsistência, vez que estes cidadãos muitas vezes perdem sua principal fonte de renda e sobrevivência, sendo alijados de seu local e de seus instrumentos de trabalho.

A abordagem de direitos humanos na questão ambiental contribui para indicar as políticas públicas que devem ser adotadas para seu enfrentamento, bem como possui a potencial feição de judicialização das questões climáticas, principalmente quando observada de uma perspectiva transgeracional.

As primeiras iniciativas de judicialização das questões climáticas incluem uma decisão da justiça holandesa em 2015, que foi mantida pela corte de apelação e determinou a aceleração no processo de redução da emissão de gases do efeito estufa no meio ambiente, que deverá apresentar uma redução de 25% na emissão destes gases no ano de 2020. A fundação Urgenda que tem por objetivo uma transição mais rápida em busca de

uma sociedade sustentável ingressou com ação juntamente com 900 cidadãos (URGENDA, online).

A decisão da corte de apelação fez referencia a uma série de procedimentos e decisões anteriores da Corte Europeia de Direitos Humanos e da legislação internacional, incluindo acordos e convenções, sobre as mudanças climáticas. Chama a atenção, um trecho em especial da decisão, em que o Estado holandês se defende alegando não ser a esfera judicial, dentro do sistema de separação dos poderes, o mais indicado para fazer escolhas relativas à política climática, sendo o governo democraticamente legitimado o ator político responsável por tais decisões. A fundamentação da corte foi que não adotando estas políticas de redução a contento, o governo estaria violando os direitos humanos e, portanto, foi mantida a decisão de redução de 25% da emissão de gases.²

A justiça climática tem em seu bojo a temáticas dos direitos humanos, principalmente no que diz respeito à dignidade da pessoa humana. Ao mesmo tempo se constrói dentro de uma perspectiva de se fazer justiça para os países que pouco evoluíram após a revolução industrial e por este motivo, apesar de não terem auferido benefícios com o suposto “progresso” trazido pelas indústrias, ainda são os que mais sofrem as consequências dos danos ambientais por estes causados, exatamente por estarem em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Os direitos humanos são parte integrante, porém insuficiente, principalmente na questão específica dos deslocados ambientais, pois os argumentos e a decisão acima

² Incidentally, the Court acknowledges that, especially in our industrialised society, measures to reduce CO₂ emissions are drastic and require financial and other sacrifices but there is also much at stake: the risk of irreversible changes to the worldwide ecosystems and liveability of our planet. The State argues that for this reason the system of the separation of powers should not be interfered with, because it is not up to the courts but to the democratically legitimised government as the appropriate body to make the attendant policy choices. This argument is rejected in this case, also because the State violates human rights, which calls for the provision of measures, while at the same time the order to reduce emissions gives the State sufficient room to decide how it can comply with the order. (URGENDA, online).

mencionada não trata de uma responsabilização para pessoas que estejam vivenciando a condição de deslocados climáticos, mas tão somente, um compromisso de reduzir as causas das mudanças do clima, não atacando ainda suas consequências.

Simon (2010) diz que a abordagem de direitos humanos não consegue cobrir todos os aspectos relevantes para motivar atitudes em busca da justiça climática, mas deixa claro que a falta de sua consideração deixaria incompleta qualquer compreensão do tema.

3.3 Das motivações de Ordem Prática: o problema já posto pode por si motivar ações de proteção ao refugiados climáticos.

Em busca de motivações mais concretas para que os países lidem com a questão da justiça climática Bourban e André (2016) trazem o argumentos de ordem prática e que afetarão os próprios países desenvolvidos. O primeiro é o do risco de uma catástrofe sistêmica. Em um mundo globalizado existe o risco de que até mesmo uma pequena mudança ocorrida em um país distante possa trazer repercussões para toda a humanidade. Uma pane no sistema de informática da Índia pode prejudicar a empresa americana que lá mantém seu call center. Uma seca ocorrida no Brasil e que possa trazer um apagão pelo baixo nível de água nos reservatórios das usinas hidroelétricas pode prejudicar uma empresa multinacional que vende e se instalou no Brasil e agora não tem como produzir por falta de energia elétrica. Um campo de refugiados lotado e com pessoas advindas de vários países, pode levar a uma epidemia global, pois os patógenos daquelas pessoas são novos, seu corpo não estava preparado para este contato, e estas novas doenças pressionam o sistema de saúde de cada país. Ou seja, uma epidemia global não irá afetar apenas os países pobres ou em desenvolvimento, também as nações mais ricas sofrerão as consequências de pessoas amontoadas, sem condições de saneamento básico e levando à proliferação de doenças.

Outro risco que afeta diretamente as nações desenvolvidas são os refugiados em si. Esta já é uma realidade cada vez mais presente e incômodas para países desenvolvidos da Europa e América, e talvez se possa condiderar o maior problema da atualidade. No entanto, o acolhimento destas pessoas, mesmo aqueles que se encontram na condição de refugiados da Convenção de Genebra de 1951, é difícil e pouco compreendida pelos cidadãos dos países que recebem o migrante.

Segundo dados da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR, 2018) são 68,5 milhões de pessoas deslocadas involuntariamente pelo mundo, sendo 40 milhões de deslocados internos e 25,4 milhões de refugiados. A grande maioria destas pessoas, cerca de 85%, provém de países em desenvolvimento.

Por outro lado, os países que mais acolhem refugiados não pertencem às nações mais desenvolvidas, por ordem de acolhimento temos a Turquia, Uganda, Paquistão, Líbano e Irã. (ACNUR, 2018)

Os países mais desenvolvidos não são aqueles que mais recebem migrantes no mundo, embora sejam os que de forma mais pungente rechaçam a presença de estrangeiros em sue território. O presidente americano Donald Trump afirmou em 18 de junho de 2018 que “Os Estados Unidos não serão um acampamento de migrantes, nem uma instalação de abrigo de refugiados. Não sob o meu comando”. (FOLHA DE SÃO PAULO, online).

Tem-se que os refugiados já se tornaram uma grande questão para os países desenvolvidos, mesmo quando estes refúgio acontece nos termos da Convenção de Genebra, em maior grau quando se trata de refúgio ligado a questões sociais e de desenvolvimento econômico. Ou seja, o risco de uma orda de refugiados para os países desenvolvidos já é um problema evidente e tende ao agravamento, quando se observa o fenômeno já comprovado nas pesquisas acima apresentadas de um aumento gradual de pessoas que migrem para outros países em razão do clima (ACNUR, 2018).

Mas será que esta postura de repúdio ao migrante, assentada no conceito de soberania, pode ocorrer quando as razões para que esta migração ocorra foram causadas em grande parte por atitudes destes mesmos países no passado ?

A abordagem reparadora da justiça climática recebe críticas por seu alcance transgeracional, pelo fato de as gerações anteriores não terem a consciência de que suas atitudes iriam trazer prejuízos para as gerações futuras. Não existiria, portanto, a intencionalidade de praticar o ato no passado de forma a justificar a reparação de danos ocorridos na geração presente, sendo assim, a abordagem mais facilmente aceita para as políticas públicas em nível internacional deve ser a da justiça climática de acolhimento e de prevenção.

Abordando uma visão de que apenas deva existir um compromisso internacional no sentido de que os países atingidos pelas mudanças climáticas retornem à situação em que se encontravam antes dos danos causados, numa perspectiva neutra, se estará perdendo uma oportunidade de minimizar as desigualdades herdadas de gerações anteriores. Deste modo, a perspectiva adotada não deverá ser apenas no sentido da neutralidade e de uma tentativa de resgate da situação anterior. Deverá existir um objetivo de distribuição real, dentro do regime de justiça climática, onde não somente sejam restabelecidas condições climáticas ou ambientais que permitam o retorno das pessoas a seu estado de origem, no caso dos refugiados climáticos, mas que permita a estes Estados menos favorecidos, que pagaram um preço alto em termos climáticos pelo desenvolvimento de outros países, receber investimentos advindos daqueles, para que também se desenvolvam econômica e socialmente. (GOSSERIES, 2014)³

4. A utilização dos Critérios de Justiça Ambiental para refugiados climáticos

³ Autor se refere aos termos abordagem neutralista e abordagem oportunista.

O vazio normativo em nível internacional que exija o tratamento adequado aos refugiados climáticos passa a impressão errônea que os Estados que os acolhem ou que investem em programas de ação humanitária estão agindo em uma perspectiva e bondade e solidariedade espontânea entre as nações. O que, na verdade, deveria ser encarado como um dever que acarretasse uma justa responsabilização para com os países que se beneficiaram de um desenvolvimento industrial que trouxe consequências para o clima do planeta.

A (in)justiça ambiental seria a consequência de uma sociedade de risco, inserida em uma lógica de não escolha pelos mais afetados negativamente e menos beneficiados com a degradação ambiental.

4.1. Os refugiados climáticos e sua condição de não escolha

Se observa que os documentos mais recentes relativos as migrações, notadamente a Declaração de Nova York (ONU, 2015) e o Pacto Global por uma Migração Ordenada, Regular e Segura (ONU, 2018) se referem aos migrantes por razões do clima, porém não diferenciam ou tocam no assunto da parcela de responsabilidade das nações mais ricas e desenvolvidas em termos de justiça climática.

Quanto a estes migrantes climáticos fica certo que não participaram das escolhas que levaram às mudanças que culminariam com sua saída do lugar de origem. Eles estão inseridos no contexto da “Sociedade do Risco” analisada pelo sociólogo Ulrich Beck (2011) como o estabelecimento de uma sociedade industrial em que se colocou um sistema político que se entende democrático e que, ao mesmo tempo, dá total liberdade a um sistema tecnológico e econômico que passa à margem de escolhas democráticas, sendo então apolítico.

Os deslocados não escolheram democraticamente os meios de produção em massa que desencadearam as mudanças climáticas tampouco participaram da lucratividade auferida.

Coube à sociedade apenas lidar com os riscos causados pelo desenvolvimento tecnológico depois que este já está posto, dentre estes riscos está o das mudanças climáticas. Por óbvio que ao se iniciar a produção em massa com gases poluentes não se pensou nas consequências adversas para o meio ambiente e nem que se iria chegar a uma orda de migrantes climáticos.

Foram decisões de cunho tecnológico e econômico, visando maior produtividade e lucro, em centros de decisão fora do âmbito político/democrático que desencadearam estas consequências. As escolhas foram tomadas nos escritórios das grandes empresas multinacionais e transnacionais, nos laboratórios e centros de pesquisas tecnológicos, normalmente localizados nos países cuja industrialização aconteceu mais cedo e são, atualmente, mais desenvolvidos economicamente. (Beck, 2011)

As consequências destas decisões, no entanto, estão sendo sentidas por todas as nações, industrializadas ou não. Aliás, como demonstrado na primeira parte destes trabalho, são exatamente as nações menos desenvolvidas que sofrem as consequências mais imediatas das mudanças climáticas, principalmente naquelas em que a desertificação ou aumento do nível dos oceanos prejudicam a produção econômica artesanal de uma região.

Para Beck (2011), “O progresso substitui o escrutínio. E mais, o progresso é um substituto para questionamentos, uma espécie de consentimento prévio em relação a metas e resultados que continuam sendo desconhecidos e inominados”. Em nome deste progresso, que não conseguiu elevar o padrão de vida de todas as pessoas e nações, mas

somente de algumas, se paga o preço de degradação do meio ambiente, das alterações climáticas e do deslocamento de pessoas.

4.2 A lógica jurídica da justiça climática e seus desafios

A justiça climática é um argumento ou motivação tanto para a confecção de arranjos internacionais, sejam estes pactos, acordos, convenções ou outros, quanto para levar às cortes nacionais e internacionais a litigância para garantir um sistema de garantias dos direitos humanos aos refugiados em função de mudanças no clima.

As possíveis ações judiciais podem acontecer tanto no plano interno dos Estados quanto perante cortes internacionais de justiça. O peticionado seria no sentido de exigir uma responsabilização dos países que mais se beneficiaram em termos de desenvolvimento social e econômico de processos industriais e de serviços que causaram danos ao meio ambiente, ocasionando variações climáticas nocivas que levaram à consequência dos deslocamentos involuntários.

Verifica-se a existência de iniciativas esparsas no sentido de uma litigância climática. Na Conferência sobre o clima de Barcelona em 2009, organizações sociais oriundas da Bolívia lançaram a ideia da criação de um tribunal internacional para julgar casos de justiça climática. A iniciativa decorreu da preocupação com a situação de comunidades indígenas bolivianas afetadas pelas mudanças climáticas que derreteriam geleiras próximas a seu território, fundamentais para o fornecimento de água para a região. As associações bolivianas eram apoiadas na época pelo então presidente Evo Morales, e acreditavam que as nações que mais contribuíram para a contaminação devem, de alguma forma, compensar os países mais vulneráveis e afetados. Esta iniciativa, como outras, se perdeu frente às várias opiniões e forças dentro do contexto de uma conferência internacional sobre o clima. (BBC, online)

Se trata de uma lógica de reparação dos danos sofridos pelos países em desenvolvimento que pouco contribuíram para o aumento geral das temperaturas no planeta. Ou seja, tais países ajudam a toda a humanidade a se manter hígida, razão pela qual merecem algum tipo de compensação que lhes permita o desenvolvimento sustentável.

A primeira grande dificuldade para a utilização da lógica da justiça climática, tanto nos documentos internacionais que gerem entendimento entre as nações quanto em eventuais ações judiciais, é estabelecer o nexos de causalidade entre a emissão de gases que alterem o clima pelos países desenvolvidos da Europa ou os Estados Unidos da América, a partir da revolução industrial, e o deslocamento lento ocasionado pela desertificação ou pelo aumento gradual dos mares em determinados países deles distantes, como por exemplo ilhas da Ásia. Ou seja, provar que o dano que gerou efeitos climáticos de longo prazo que afetaram ecossistemas e condições de vida em populações que pouco ou nada contribuíram para emissões de gases poluentes está vinculado a decisões e atitudes de outros países ou nações. (CLARO, 2015)

Nossa lógica jurídica respeita de forma muito forte a questão da intenção ou da culpabilidade. Não se trata tanto do nexos causal entre a ação e a consequência, afinal, como demonstrado no início deste ensaio, a ciência já conseguiu claramente demonstrar quais os gases ou outros elementos que causaram o aquecimento global, já estabeleceu também que a emissão destes poluentes ocorreu após a revolução industrial. As nações civilizadas, em sua maioria, já aceitaram e concordaram que é necessária uma atitude concreta para manter os níveis de aquecimento dentro de padrões aceitáveis, vide os compromissos de manter os níveis de aumento a 2º C dos níveis pré-industriais.

O nexos causal existe, e resta cientificamente comprovado que as atitudes que levaram ao fato foram tomadas pelas nações desenvolvidas. Entretanto, é possível que na

época das decisões tomadas, não existissem os dados necessários para que se vislumbrasse as consequências que existiriam no futuro. É importante que se avance no sentido de garantir juridicamente a proteção dos deslocados em função do clima, superando a questão da culpabilidade e colocando o foco na resolução de um problema já posto.

5. CONCLUSÃO

Como primeira conclusão, se tem que a justiça climática ainda não é um conceito utilizado e aceito de forma ampla pelas nações, principalmente aquelas mais desenvolvidas. Por esta razão se delineiam dificuldades de adesão voluntária a documentos internacionais que adentrem na questão de uma responsabilização diferenciada para os países que se beneficiaram com o desenvolvimento industrial causador da emissão de gases que vem aquecendo o clima do planeta. Observou-se a pequena utilização da questão da justiça climática nos poucos casos de litigância existentes.

A pesquisa demonstrou que as motivações para a adesão aos princípios da justiça climática devem ter seu foco nas consequências práticas que já estão sendo sentidas pelas nações desenvolvidas, sendo insuficientes as razões de ordem moral ou utilitarista. O aumento no número de refugiados e uma aparente “invasão” de fronteiras são o principal motivo para que seja tomada uma atitude urgente pela comunidade internacional. Esta solução passa por investimentos dos países mais desenvolvidos, que se beneficiaram com o progresso que causou a degradação ambiental, e tem condições de realizar tais gastos.

De acordo com estudos e pactos realizados por organismos internacionais, se observa que os esforços para garantir justiça climática e direitos humanos para os refugiados ambientais passam pelo investimento no próprio país de origem. Tais investimentos tem por objetivo a resiliência às mudanças climáticas e a criação de

alternativas na geração de meios de subsistência aos locais, evitando o deslocamento, principalmente quando este é causado por acontecimentos mais lentos como a desertificação. Esta é uma situação ideal, tanto para o país de origem quanto para os países que eventualmente receberiam os refugiados climáticos.

Entretanto, quando o deslocamento é inevitável, devem ser oferecidas condições dignas e que garantam os direitos humanos destes refugiados, principalmente a tríade saúde, educação e trabalho decente, no país de acolhimento. O segundo esforço seria a garantia de que tal atendimento seja provisório, existindo investimentos para que se criem condições de retorno sustentável, com alternativas de novas atividades econômicas para os deslocados em seu país de origem. Esta segunda solução seria mais adequada aos eventos climáticos de consequências rápidas.

Nos casos mais graves, quando fosse impossível o retorno, como no caso dos países insulares, somente a garantia de entrada e permanência regulares em outros países iria garantir vida digna a estas pessoas. Como em vários casos os países receptores não são os mais desenvolvidos economicamente, é necessário um comprometimento triangular entre os países de origem, o de acolhimento, e, considerando a justiça climática, os países mais desenvolvidos que iriam dar suporte financeiro aos países de receptores.

A motivação? Em primeiro lugar o motivo nada altruísta de que estes refugiados acabariam se deslocando para os próprios países desenvolvidos, causando uma situação de desconforto e mostrando a face cruel das políticas de imigração que não respeitam a dignidade humana.

Além do mais, como o nexos causal já resta praticamente comprovado em relação a gerações passadas, não há dúvida que os países desenvolvidos que persistem na utilização de métodos de fabricação e energia que catalisam o aquecimento global, cientes através de pesquisas científicas que irão contribuir para todas as externalidades negativas

decorrentes, claramente serão responsáveis pelos prejuízos em uma ótica de direito internacional e de justiça climática.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Dados sobre o Refúgio no Mundo**. 2018. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio>. Acesso em: 30 nov. 2018.

ANDRÉ, Pierre; BOURBAN, Michel. Éthique et justice climatique: entre motivations morales et amoraes. **Les ateliers de l'éthique**, v. 11, n. 2-3, 2016, p.4-27. Disponível em: <http://id.erudit.org/iderudit/1041764ar>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: Rumo a uma outra Modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.

BENHABIB, Seyla. **The Rights of Others: Aliens, Residents and Citizens**. New York: Cambridge University Press, 2004.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION (BBC). **Bolívia propõe a criação de corte ambiental internacional**. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/11/091105_bolivia_rc. Acesso em: 05 dez. 2018.

BULLARD, Robert D. Environmental Justice: It's More Than Waste Facility Siting. **Social Science Quarterly**. Texas, vol. 77, n. 3, pp. 493-499, set. 1996. Disponível em: <http://webhebscohost.ez11.periodicos.capes.gov.br/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=3&sid=9d3377df-6d5c-4432-bddc-34dc7398ff2a%40pdc-v-sessmgr06>. Acesso em 22 nov. 2018.

CLARO, Carolina de Abreu Batista Claro. **A Proteção dos "Refugiados Ambientais" no Direito Internacional**. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito Internacional) - Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo, 2015.

COHEN, Jean. Rethinking Humans Rights, Democracy and Sovereignty in the Age of Globalization. **Political Theory**, v. 36, n.4, p. 578-606, 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. **EUA não vai virar campo de refugiados, afirma Donald Trump**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/06/eua-nao-vaovirar-campo-de-refugiados-afirma-donald-trump.shtml>. Acesso em: 30 nov. 2018.

GOSSERIES, Axel. Nações, Gerações e Justiça Climática. **Diacrítica**, vol.28, n. 2, 2014. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0807-89672014000200017. Acesso em: 04 dez. 2018.

INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTER. **Global Internal Displacement Database**, 2018. Disponível em: <http://www.internal-displacement.org/assets/library/Media/201505-Global-Overview-2015/20150506-global-overview-2015-en.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2018.

IPCC. **Climate Change 2014: Synthesis Report**. Genebra: 2014. Disponível em: http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/syr/SYR_AR5_FINAL_full_wcover.pdf. Acesso em: 22 nov. 2018.

JAMIESON, Dale. Climate Change, Responsibility, and Justice. **Science and Engineering Ethics**, September 2010, Volume 16, Issue 3, pp 431–445. Disponível em: <https://doi-org.ez11.periodicos.capes.gov.br/10.1007/s11948-009-9174-x>. Acesso em: 26 nov. 2018.

JOUZEL, Jean; MICHELOT, Agnès. **Climate Justice: Challenges and Prospects for France**. Avis of the Economic, Social and Environment Councilon, 2016.

KIBREAB, Gaim. Environmental causes and impact of refugee movements: a critique of a current debate. **Disasters**, 1997, 21(1), p. 20-38. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/14128497_Environmental_causes_and_impact_of_refugee_movements_A_critique_of_the_current_debate Acesso em: 01 dez. 2018.

MILANEZ, Bruno; FONSECA, Igor. Justiça Climática e Eventos Climáticos Extremos: Uma análise da percepção social do Brasil. **Revista Terceiro Incluído: Transdisciplinariedade e Temas Contemporâneos**, v.1, n.2, jul./dez./2011, p.82 –100. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/teri/article/view/17842>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

NUNES, Paula Pimenta Matoso. Políticas de Proteção aos Deslocados Ambientais no Sistema Internacional: reflexões sobre o papel da soberania estatal. In: **Migrantes forçados: conceitos e contextos** / Liliana Lyra Jubilut, Fernanda de Magalhães Dias Frinhani, Rachel de Oliveira Lopes, organizadoras. Boa Vista, RR : Editora da UFRR, 2018.

Organização das Nações Unidas (ONU). **A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima**, 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2652.htm. Acesso em: 20 dez. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Acordo de Paris**, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/04/Acordo-de-Paris.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração de Nova York para Refugiados e Migrantes**, 2016. Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/71/L.1&referer=http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://refugeesmigrants.un.org/declaration&Lang=S. Acesso em: 20 nov. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Estados Membros aprovam primeiro pacto global sobre migração**, notícia on line, 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/estados-membros-da-onu-aprovam-primeiro-pacto-global-sobre-migracao/>. Acesso em: 20 nov. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Pacto Global por uma Migração Ordenada, Regular e Segura**, 2018. Disponível em: <https://www.un.org/pga/72/wp-content/uploads/sites/51/2018/07/migration.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Nossa terra. Nosso lar. Nosso futuro - Dia Mundial de Luta contra a Desertificação e a Seca** Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/single-view/news/our_land_our_home_our_future_world_day_to_combat_deserti/. Acesso em: 29 nov. 2018.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. 4ª ed.rev. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

SIMON, Caney. Climate Change, Human Rights, and Moral Thresholds , *in* Gardiner, et coll., (dir.), **Climate Ethics**, 2010, p. 163-177. Disponível em: http://hettingern.people.cofc.edu/Environmental_Studies_695_Environmental_Philosophy/Caney_Climate_Change_Human_Rights%20Moral_Thresholds.pdf. Acesso em: 16 nov. 2018.

SINGER, Paul. **Entrevista concedida a Folha de São Paulo**, 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2013/08/1330607-por-uma-vida-menos-ordinaria.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2018.

SINGER, Peter. **Practical Ethics**, 3^e éd. révisée, Cambridge, Cambridge University Press, 2011, chap. 9, p. 216-239.

URGENDA FONUDATION. **The Urgenda Climate Case against Dutch Government**. Disponível em: <https://www.urgenda.nl/en/themas/climate-case/>. Acesso em: 15 mai.2019.